

DESCORTINANDO O INVISÍVEL E AMPLIANDO O OLHAR SOBRE A INDÚSTRIA

UNVEILING THE INVISIBLE AND BROADENING OUR VIEW OF THE INDUSTRY

DESVELAR LO INVISIBLE Y AMPLIAR LA VISIÓN DE LA INDUSTRIA

RESUMO

Ao longo do tempo a natureza da indústria se complexificou e a clássica divisão da economia em 3 setores: primário, relativo à extração e à agricultura; secundário, dizendo respeito à indústria e, o terciário, ao comércio e serviços parece encontrar limites. O entendimento de fábrica e o de indústria parece não se sustentar mais face às transformações recentes que nos conduzem a reinterpretar a indústria como objetivo de esclarecer fatos e processos que emergem e que parecem ocultados. Estaríamos diante de uma sociedade pós industrial? Essa questão nos parece com pouco sentido, uma vez que quando dizemos pós alguma coisa não estamos qualificando a coisa, apenas estamos dizendo que vem a posteriori dela. Essa forma de dizer denomina algo sem, de fato, nominá-lo. Questionamos a ideia de desindustrialização, não porque ela revela queda na atividade industrial, que pelos parâmetros hegemônicos é um fato, mas porque não percebe as novas formas industriais de se produzir. Nosso ponto de vista é o de que vivemos o advento de uma nova forma de sociedade industrial e que o fazer industrial transcende à transformação da matéria-prima em bens, o que torna opaca a fronteira entre indústria e serviços. Compartilhamos da posição de Veltz (2017) que afirma que estamos vivendo numa sociedade hiper industrial.

Palavras-chave: indústria; serviços; intangível; desindustrialização; hiper industrialização.

ABSTRACT

The nature of industry has become increasingly complex over time, and the traditional tripartite division of the economy into three sectors: primary, secondary, and tertiary sectors, which respectively encompass extraction and agriculture, industry, and commerce and services, seems to be found its limits. The traditional understanding of the factory and industry is no longer sufficient to account for recent transformations. In order to clarify the facts and processes that have emerged and previously seemed to be hidden, we must reinterpret industry. We are confronted with the emergence of a post-industrial society? This issue appears to be without merit, as when we say "after" something, we are not qualifying the thing in question; we are merely stating that it occurs subsequently. This method of expression is a means of referring to something without, in point of fact, naming it. The concept of deindustrialisation is questioned not because of a decline in industrial activity, which is a tangible reality according to the prevailing indicators, but because the emergence of new industrial production methods is overlooked. Our perspective is that we are witnessing the advent of a novel form of industrial society, in which the industrial process extends beyond the transformation of raw materials into goods. This has the effect of obscuring the distinction between industry and services. We agree with Veltz (2017) that we live in a hyper-industrial society.

Keywords: industry; services; intangible; deindustrialization; hyperindustrialisation.

 Sandra Lencioni^a

^a Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.87277

Correspondência:
slencion@usp.br

Recebido em: 12 ago. 2024

Revisado em: 19 set. 2024

Aceito em: 22 set. 2024



RESUMEN

Con el tiempo, la naturaleza de la industria se ha vuelto más compleja y el modelo clásico de división de la economía en tres sectores (primario, relativo a la extracción y la agricultura; secundario, relativo a la industria; y terciario, relativo al comercio y los servicios) parece estar encontrando sus límites. El entendimiento de fábrica y el de industria parece no sostenerse más frente a las transformaciones recientes que nos llevan a reinterpretar la industria como objetivo de esclarecer hechos y procesos que emergen y parecen ocultados. ¿Estaríamos ante una sociedad posindustrial? Esta cuestión nos parece poco lógica, ya que cuando decimos «pós» alguna cosa no estamos cualificando la cosa, solo estamos diciendo que viene después de ella. Esta forma de expresarse denomina algo sin, de hecho, nombrarlo. Nos cuestionamos el concepto de desindustrialización, no porque revele una caída en la actividad industrial (un hecho según los parámetros hegemónicos), sino porque no percibimos las nuevas formas de producción industrial. Nuestro punto de vista es que vivimos el advenimiento de una nueva forma de sociedad industrial y que la producción industrial trasciende la transformación de la materia prima en bienes, lo que hace que la frontera entre la industria y los servicios sea imprecisa. Compartimos la opinión de Veltz (2017), que afirma que estamos viviendo en una sociedad hiperindustrial.

Palabras-clave: indústria; servicios; intangibles; desindustrialización; hiperindustrialización.



INTRODUÇÃO

Fitas cassetes, walkman, GPS automotivo, câmeras fotográficas digitais e cartões perfurados, que foram a primeira mídia legível por máquinas, dentre tantos outros produtos industriais deixaram de ser instrumentais face às novas invenções. Não só produtos se tornam obsoletos, mas as relações sociais, a sociabilidade e o espaço e o tempo em suas múltiplas dimensões. Com o passar do tempo algumas ideias caducam, interpretações novas afloram e muitas se tornam obsoletas, enquanto que outras continuam ao lado das emergentes que se impõem. O que persiste e se revela permanente é a mudança, o movimento e os processos que ocasionam a história.

Aprendemos que os setores econômicos se dividem em primário, secundário e terciário sendo o primeiro relativo à extração e agricultura; o segundo, à indústria de transformação e à da construção e, o terceiro, ao comércio e aos serviços. Essa maneira de ver a economia e classificar as atividades econômicas tem origem na ideia de Allan G. B. Fischer registrada em seu livro *The Class of Progress and Security*, de 1935. Nele, o autor concebe a teoria dos 3 estágios históricos de evolução que, em linhas gerais, ao primeiro corresponderia a fase em que grande parte da população desempenha atividades agrícolas e pastoris; o segundo, ao desenvolvimento das atividades manufatureiras e, por consequência, pelo declínio relativo da produção agrícola e, o terceiro estágio estaria relacionado a importância crescente da prestação de serviços.

Poucos anos depois, um ex aluno de Fischer, Colin Clark, inspirado por suas ideias concebeu os 3 setores da economia: primário, secundário e terciário, menos para analisar o processo econômico do ponto de vista histórico e, mais, para comparar os níveis de renda dos diferentes países e sua estrutura econômica. Sua teoria se faz presente no seu livro *The Conditions of Economic Progress*, de 1940, e não só se tornou célebre mundialmente como orientou estatísticas para estudos e planejamento econômico em vários países. A essa classificação é que nos referimos quando dissemos que os setores econômicos se dividem em primário, secundário e terciário.

Outras teorizações vieram e a importância do comércio e dos serviços foi sendo crescentemente destacada, primeiramente buscando compreender a hipertrofia desse setor nos países mais pobres, depois, suas diferenças internas, seu crescimento vertiginoso em quase todos os países, sua multiplicação, renovação e inovação. Concomitantemente, se desenvolveu intensamente a agroindústria, o extrativismo, a indústria da construção e outras atividades econômicas. A própria natureza da indústria se alterou profundamente e se complexificou num contexto crescente de concentração e centralização do capital, de expansão dos grupos econômicos, de desenvolvimento intenso das cadeias produtivas globais, de revolução nas comunicações e da emergência da informática com produção, transferência e difusão de dados digitais. O contexto de intensa globalização e de financeirização da economia com crescente capitalização significou a hegemonia do capital



financeiro sobre as demais formas de capitais. Um mundo novo se descortinou e progressivamente a forma fictícia de valorização, denominada de capitalização, foi se ampliando e passou a ter a “condição de comandar as formas e o ritmo da acumulação (Chesnais, 2002, p.2)”. Esse é o sentido do chamado império das finanças que se impõe sobre a hegemonia da indústria.

Essas mudanças, acrescidas de outras, põem em xeque a compreensão e os recursos analíticos, por assim dizer, os dados e as informações comumente utilizados para se compreender o real, como a clássica e consagrada divisão da economia em 3 setores. Nesse texto vamos nos referir especificamente ao setor da produção industrial voltado para a transformação da matéria-prima em bens industriais. Portanto, exclui-se a indústria extrativa, a agroindústria e a indústria da construção. O foco, aqui, diz respeito à indústria de transformação.

Consideramos que a ideia que tínhamos de fábrica e a de indústria, relacionada ao período da hegemonia do capital industrial apresenta limites para a compreensão da sociedade atual. O entendimento de fábrica não se sustenta mais se for apenas entendida como a de um estabelecimento industrial com instalações, equipamentos e trabalhadores envolvidos na transformação da matéria-prima. E nem o de indústria de transformação, compreendida apenas como um conjunto de atividades produtivas que se caracteriza pela transformação de matérias-primas utilizando-se de trabalho, máquinas e ferramentas na fabricação de mercadorias.

Não podemos pensar esse mundo novo, essa fase emergente do capitalismo, aprisionados às referências interpretativas e conceitos tidos como imutáveis historicamente. Não podemos analisar a dinâmica do capital e seu movimento e, nesse caso particular, os desafios da indústria atual que motiva nossas reflexões, como se os processos e dinâmicas de hoje fossem os mesmos do passado industrial e em nada tivessem se alterado. Igualmente, torna-se difícil, senão insuficiente e inconsequente, compreender a produção do espaço e as dinâmicas territoriais atuais como resultado de uma análise dos processos sociais, por suposto, dirigidos por uma lógica fordista dominante.

Sem entrarmos na querela sobre a desindustrialização e no exame crítico da classificação setorial da economia e sem entrarmos na discussão de que estamos vivendo uma reprimarização da pauta de exportações, queremos apenas reinterpretar a indústria por meio de um outro ponto de vista que tem o mérito de esclarecer fatos e processos que emergem e que parecem ocultados.

Até que ponto é válido afirmar que porque os serviços e o comércio, que constituem parte do setor terciário, passam a ser maiores que a indústria estaríamos diante de uma sociedade pós-industrial? Que sociedade emergente é essa que muitas vezes é chamada de pós-industrial? Qual é o conteúdo desse pós-



industrial? Se dizemos pós alguma coisa não estamos qualificando a coisa, apenas estamos dizendo que vem a posteriori dela. O fato de vir posteriormente, não implica em a definir. Denominamos algo sem, de fato, nominarmos. Sugerir que algo novo ou diferente está surgindo seria suficiente?

Face a essas questões o objetivo desse texto é o colocar em xeque a ideia de que estaríamos vivendo numa sociedade pós-industrial. Primeiramente, procuramos destacar que o fazer industrial transcende à transformação da matéria-prima material em bens. Em seguida, discutimos sobre a opacidade crescente da fronteira entre indústria e serviços, que acrescenta elementos para colocar em dúvida afirmação de que vivemos numa sociedade pós-industrial.

A INDÚSTRIA NUNCA FOI SÓ PRODUÇÃO DE COISAS

Indústria, no seu sentido mais geral, significa “a elaboração da matéria-prima para conveniente uso” (Iglesias, 1985, 7). Portanto, diz respeito a um processo produtivo, o qual tem sua historicidade anterior à revolução industrial moderna e se apresenta em vários momentos da história. No capitalismo, esse processo produtivo produz mercadorias e desenvolve relações sociais de produção capitalistas que são produtoras de valor.

É importante esclarecer que o sentido de matéria-prima não se resume a algo tangível, como a madeira para a produção de móveis, muito embora esse seja o entendimento corrente. O significado de matéria-prima é o de uma substância que existe por si mesma e isso independe se essa substância tem materialidade ou não. Pode ser uma madeira, algo tangível, como dissemos, mas pode ser o conhecimento ou a capacidade de criação. por exemplo.

Hoje em dia, o que vimos assistindo é o avanço do modo de fazer industrial – produção de mercadoria e de relações sociais capitalistas - na produção do intangível. Progressivamente, “o capitalismo relega as mercadorias corpóreas (coisas dotadas de alguma utilidade instrumental ou prática) para segundo plano. O que assumiu o lugar de destaque, ou o primeiro plano, foi outra espécie de mercadoria, que não tem corpo físico palpável: os signos, sejam eles imagens ou palavras. O capitalismo de nossos dias é um fabricante de signos e um mercador de signos - as coisas corpóreas não são mais o centro do valor” (Bucci, 2021, p. 21). Por exemplo, numa publicidade da Coca-Cola temos a produção de valor tanto na produção da imagem da Coca-Cola, quanto na produção de litros do refrigerante.

Para esse autor, “as relações industriais de produção se fazem agora mais presentes do que antes. Elas não envolvem obrigatoriamente um maquinário conjugado à força física do trabalhador, mas envolvem, sim, a triangulação essencial a que comparecem (1) a função da máquina, (2) a função do trabalho... e, finalmente,



(3) a função de apropriação do valor”. (Bucci: 2021, p. 28). Diz ainda que a máquina, o meio de produção, não precisa ser um torno mecânico, pode ser um celular. Os meios de produção podem estar disponíveis on-line e a apropriação privada do valor pode estar oculta. (Bucci: 2021, p. 28, 29). Por isso, é que esse tipo de fazer industrial se torna pouco visível, uma vez que está fora da figura do que vem a ser indústria.

A produção de imagens, do imaginário (entendido como universos de signos), do turismo, de alguns serviços, de entretenimento, dentre tantas outras produções, vem se organizando, progressivamente, como produção industrial e conforme sua lógica. Daí o uso corrente das expressões: indústria do turismo, indústria de serviços, indústria das comunicações, indústria criativa, indústria de eventos, etc. Não se pode mais reduzir o entendimento da indústria de transformação como sendo uma produção organizada de mercadorias corpóreas, uma vez que uma desmaterialização se faz presente na produção.

Como disse Marx ([1859] 1983, 45), a “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, que graças a suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer tipo, se elas se originam no estômago ou na fantasia, em nada modifica o problema”. (Marx, 1859] 1983, 83) (grifo nosso). Vale lembrar que o significado de ‘coisa’ diz respeito a tudo quanto existe ou possa existir, de natureza corpórea ou incorpórea.

A questão, aliás, não reside aí, na mera produção de coisas, entendidas como produção relativa ao corpóreo e, no caso da indústria de transformação, na transformação da matéria-prima em bens. A questão reside na produção da mercadoria, ou seja, seu fundamento é a produção do valor, tenha forma corpórea ou não. Nas palavras de Amorim (2012), “só faz sentido diferenciar a materialidade e a imaterialidade do trabalho quanto ao conteúdo do trabalho e não quanto à produção do valor de troca...” (Amorim, 2012, 336) Ou seja, o conteúdo do trabalho é elemento de diferenciação entre o que é produzido materialmente do que é produzido sem corporificação, mas isso não se confunde com a produção do valor. A forma de produção industrial pode se dar envolvendo mercadorias corpóreas ou não.

Ao se reduzir o entendimento da produção da mercadoria industrial a objeto exclusivamente tangível, que se percebe pelo tato se compromete a compreensão de um mundo em que, cada vez mais, se produz o intangível. E mais do que isso, esse entendimento redutor não captura a essência da mercadoria que não reside na coisa em si, mas na relação que está posta a produção dela.

O que importa perceber, como salientou Proulx (2014), é que a “industrialização não desapareceu. Pelo contrário, ela mudou de forma, alargando-se para fora do campo da transformação de matéria-prima e de energias naturais, passando a incluir novos domínios da informação, da cultura, da comunicação, da cognição e da reprodução do vivo”. Acrescenta, ainda, que “estamos agora num regime de hiper-industrialização onde



qualquer objeto, produto, serviço ou informação pode ser tratada e gerida de acordo com as leis da indústria. (Proulx, 2014, p.8)

A época em que o capitalismo industrial buscava a obtenção do lucro e tinha como parâmetro a organização do tempo de trabalho na fábrica e que a força física dos trabalhadores contava muito, atravessou séculos; em seguida, a organização fordista cadenciada pelo ritmo das máquinas chegou até meados do século XX. Desde então, se desenvolveu não só a produção flexível, mas, também, uma realidade na qual o trabalho passa a ser, progressivamente, produtor de coisas intangíveis a exigir, cada vez mais do trabalhador, conhecimento e subjetividade.

Mais e mais a produção capitalista é a produção do imaterial de forma industrial. A publicidade, que é a produção da aspiração do desejo de consumir, o marketing, as imagens e todo o conteúdo da televisão, a concepção de produtos, a inovação, a economia do conhecimento (o saber, o saber fazer, o conhecimento...) são, em grande parte, produtos do trabalho imaterial, do trabalho que não se consubstancia em coisas. Repetindo, como disse Marx, a mercadoria pode se originar na fantasia, na fantasia criada pelos homens. Por isso, o trabalho além de produzir valor econômico, ele se caracteriza, igualmente, por produzir, também, subjetividades.

Em linhas gerais, esse é o cenário atual no qual a produção industrial avança sobre tudo, invade fazeres e captura os resíduos de quase tudo que não tenha sido ainda aprisionado pelo capital. Desenvolve-se, progressivamente, uma produção industrial que transcende às coisas materiais em si. No caso das que produzem representação das coisas, facilmente ocorre, em conjunto, a produção de mistificações porque é no nível das representações que as subjetividades são mais potentes. O engodo faz parte disso tudo e o mundo virtual é sua morada por excelência.

Como procuramos chamar atenção, o modo de produção industrial, com sua lógica, se assenhorou de quase tudo e confunde a clássica divisão dos setores da economia. Muito do que se vê leva à indagação: isso é indústria ou serviços? O que se entende por indústria vai muito além da produção de coisas a partir da transformação da matéria-prima com uso de ferramentas, maquinário e trabalho. Seu sentido é mais amplo, relacionado à produção de coisas corpóreas ou não corpóreas, à produção de mercadorias, de bens econômicos com valor de uso e de troca. Esses, necessariamente, não se dão no interior de uma fábrica, de um estabelecimento fabril, como a produção de tecidos, eles avançam sobre e os serviços e tantos outros ramos da economia e se apoderam até da produção de ideias. O que é determinante e expansivo é a lógica industrial, quer em relação à produção seja do que for, quer em relação à exploração do trabalho. A lógica de produção da indústria transcende ao corpo da fábrica, esse é o novo e lhe dá uma nova dimensão.



Dizendo com outras palavras, se examinarmos a indústria pela perspectiva dos 3 setores da economia: primário, secundário e terciário afirmaremos que estamos passando por um processo de desindustrialização e as estatísticas e a ampla bibliografia a respeito são prova disso. Como disse Ming (2024) grande “parte do processo de desindustrialização é o resultado da mudança de caixinha em que as atividades eram classificadas” (Ming, 2004). Todavia, se olharmos por uma outra perspectiva vamos perceber o fazer industrial para além do que comumente é considerado indústria.

Cabe perguntar se esse novo olhar é esclarecedor da difusão da lógica e dos processos em curso que parecem ocultados e que revelam que estamos diante da emergência de uma nova sociedade industrial. Ao contrário do que se pensa, a sociedade atual, como diz Veltz (2017), não tem nada de pós industrial. Referindo-se à ela, ele diz: “Eu a chamo de hiper industrial para marcar tanto sua novidade quanto sua continuidade da longa história da industrialização, que não começa e termina com a indústria fordista do século XX” (Veltz, 2017, p.9).

Ao contrário do que possa parecer, não estamos negando a perda da substância industrial, estamos apenas apontando um outro olhar que permite enxergar que a produção industrial não está mais exclusivamente na fábrica, no estabelecimento fabril tradicional como a conhecemos e como temos na memória sua imagem: edifícios amplos, de um ou, no caso dos edifícios mais antigos, de vários andares e com setores de armazenagem, escritório, refeitório para os empregados, gerência, laboratórios, setor de desenho, cuidados de saúde, pátios internos, etc. Essa fábrica pode estar num escritório de design, na produção de softwares... O que fundamenta o sentido da indústria de transformação, como foi reiterado, é a lógica de produção da mercadoria, quer seja ela tangível ou intangível, e a concomitante produção do valor. Como disse Belluzzo (2021), “indústria não é um conjunto de fábricas; é uma forma de produzir” (Belluzzo, 2021, n. p.)

O QUE OS OLHOS NÃO VEEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE. E A MENTE NÃO PERCEBE, COMPLETANDO O DITO POPULAR

A atividade industrial é ao mesmo tempo visível na paisagem e presente nas estatísticas, mas, como argumentamos, pode estar também oculta, mormente quando cresce a produção do intangível como mercadoria e como produtora de valor. O avanço industrial, como uma mancha de óleo, se espalha para atividades que, até então, eram atividades distante do mundo fabril e pertencentes ao setor terciário. O “avanço do terciário ocorre, em boa medida, como resultado de processos de reordenação produtiva na indústria, não trilhando um caminho paralelo ou contrário aos mecanismos da produção manufatureira” (Acca, 2006, p. 125).



Essa reordenação se constitui num dos elementos que contribui para tornar pouco transparente a distinção entre atividades industriais e de serviços, especialmente quando algumas atividades que se davam no interior da indústria se externalizam ao corpo da fábrica, como é o caso do setor de propaganda, do de design, do setor jurídico, do financeiro, etc. Ao mesmo tempo que essa externalização significou diminuição no número de empregados do estabelecimento industrial, se traduziu, também, em aumento no número de pessoas envolvidas no setor terciário.

Por outro lado, muitas indústrias por serem também fornecedoras de serviços contribuíram para embaralhar a distinção nítida que havia entre indústria e serviços. Por exemplo, uma fábrica que produz vidros de cobertura pode também oferecer o serviço de instalação, uma indústria automobilística, os serviços financeiros e, um produtor de máquinas, pode oferecer aluguel e serviços de manutenção em vez da venda do produto, a exemplo da Xerox. Na França, a fábrica de pneus Michelin, além de vender os pneus, oferece a locação deles, portanto, um serviço, como estratégia de fidelizar o cliente. A Rolls-Royce e a General Electric vendem horas de funcionamento de seus motores de avião.

Progressivamente o setor de serviços passa a ser um determinante fundamental dessa nova economia que emerge. E ele, em si, muitas vezes tem uma forma industrial de funcionar. Não é estranho, portanto, que as estatísticas apontem declínio da atividade industrial, visto que o prisma de análise não percebe o que está encoberto, não percebe o desdobramento da produção industrial por meio da desmaterialização parcial do que é produzido. Isso não significa dizer que não haja declínio da atividade industrial no seu sentido clássico, como dissemos. E nem que uma política de reindustrialização, também referida como de neointustrialização, seja uma ideia fora de lugar. Longe disso, ela é pertinente e deve vir acompanhada, também, de investimentos em infraestrutura ultrapassando gargalos históricos que impedem ou dificultam a fluidez das mercadorias ou dos fluxos imateriais. Não deve ser vista como excludentes a indústria nos moldes tradicionais e a nova indústria relativa ao fazer de coisas intangíveis e que se confunde com os serviços. Talvez assim, tenhamos a dimensão adequada da indústria no novo curso da história.

Há décadas atrás discutíamos a diminuição no número de estabelecimentos industriais na cidade de São Paulo e na região metropolitana em relação ao seu crescimento no entorno metropolitano e o caso de São Paulo é paradigmático nesse sentido. Em 1991, defendíamos a tese de que o fato dos municípios do entorno metropolitano de São Paulo conhecerem uma expansão industrial e o centro metropolitano, o município, um declínio dessa atividade, isso não significava que a cidade de São Paulo estaria perdendo a sua centralidade, como, inicialmente, era interpretado. Para nós, o processo não era de descentralização industrial, mas de desconcentração industrial, de negação da concentração e não da centralidade industrial da cidade de São Paulo. Essa se afirmava, cada vez mais, como centro da gestão do capital enquanto que o entorno



metropolitano progressivamente se apresentava como local de expansão da produção, do chamado “chão de fábrica”. A gestão e o controle do processo de valorização do capital industrial tinham na cidade de São Paulo seu centro principal.

O movimento novo era de migração territorial das plantas industriais, ou até mesmo de criação de novas fábricas no entorno metropolitano. Era mais do que o de expansão de fábricas para as áreas contíguas ao ponto de propagação. Era mais do que um processo de expansão territorial das plantas industriais que havia conduzido a ampliação da industrialização para os municípios vizinhos ao de São Paulo e que havia sido um processo fundamental para o desenvolvimento da sua região metropolitana.

Essa discussão, embora questionasse a ideia hegemônica de que estaria ocorrendo uma descentralização industrial, acabou se impondo, até mesmo por aqueles que, inicialmente, haviam interpretado as transformações como sendo de descentralização. A discussão que propomos agora questiona a ideia de desindustrialização, não porque ela revela queda na atividade industrial, que pelos parâmetros hegemônicos é um fato, mas porque não percebe as novas formas industriais de se produzir e que, em muitos casos, se confunde com o terciário, particularmente com os serviços.

Hoje, próximos da interpretação de Acca (2006), que faz uma análise da indústria na Região Metropolitana de São Paulo, consideramos que o “crescimento do setor terciário traz a lume a sua complementaridade com o setor industrial na organização socioeconômica do território, tornando a RMSP não um espaço metropolitano pós-industrial ou terciário, mas uma metrópole industrial de serviços, na medida em que não se trata de uma ruptura entre indústria e serviços ou de uma transição rumo aos serviços, mas de arranjos produtivos baseados na complementaridade entre esses dois setores da vida econômica...” (Acca, 2017, p. 123). Para nós, há mais do que complementaridade entre esses dois setores, uma vez que ampliamos o entendimento de indústria como atividade que transcende ao corpo da fábrica e sua produção pode ser a produção do intangível. Por isso, o tempo que estamos a viver não é o da pós industrialização, de negação da indústria; ao contrário, é o da hiper industrialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem expressou Veltz (2018) “não vivemos o fim da indústria, mas o advento de uma nova forma de sociedade industrial, muito diferente da forma dominante do século passado”. (Veltz, 2018, p. 8) Uma nova era em que a produção industrial se propaga para além da produção de objetos se estendendo para as atividades de serviços e que se revela como a continuidade do mundo industrial.



Essa hiper industrialização em que se mescla, numa mesma lógica, o que era entendido como indústria e o que era entendido como serviços, tem nas metrópoles e nas regiões metropolitanas seu território privilegiado. São as grandes regiões urbanas, que como sabemos, mais mobilizam os recursos informatizados e de conhecimento, tão próprios da produção do intangível. Também, aí se concentram, por exemplo, as universidades, os centros de pesquisa, os de artes, os de design e as infraestruturas, melhor dizendo, as condições gerais de produção necessárias a esse momento da hiper industrialização.

Aí emerge com força as relações de interconectividade social e, assim como, de maior alcance territorial que expressam um mundo, progressivamente, connexionista. Ampliam-se e complexificam-se as relações sociais fazendo com que a instabilidade esteja mais presente e atualizada concorrendo para que o controle da dinâmica das metrópoles e regiões metropolitanas seja tanto mais difícil de ser exercido, quando mais necessário é o seu exercício.

Nelas, nas metrópoles e nas regiões metropolitanas, se condensa o trabalho imaterial e, também, a produção e as mercadorias imateriais. Desenvolve-se e intensificam-se nessas regiões “um trabalho sem substância física e que tem sua fonte predominante em trabalhos intelectuais que podem estar relacionados à prestação de serviços, à administração, à gerência e ao controle dos processos de trabalho, ou mesmo a atividades produtivas que tem como fundamento o conhecimento e a informação utilizados dentro dos processos de trabalho” (Amorim, 2014, p.34).

Nas metrópoles, nas regiões metropolitanas e nas grandes regiões urbanas, quer sejam elas denominadas de regiões metropolitanas, cidade-região, macrometrópole, metápole ou megarregiões, dentre tantas denominações que expressam de forma bastante visível a metropolização do espaço, é que se condensa o trabalho imaterial. Essas regiões se constituem como se fossem bacias de trabalho imaterial, termo cunhado por Corsani, Lazzarato, Negri, Moullier-Bout (1996), autores que, claramente afirmam que “o trabalho imaterial não necessita da empresa, mas da metrópole. O objetivo da bacia de trabalho imaterial é de formar, produzir e reproduzir a força de trabalho imaterial, suas formas de cooperação e de regulação” (Corsani, Lazzarato, Negri, Moullier-bout, 1996, p. 57).

Os dias de hoje revelam continuidade e ruptura com a forma de produzir industrial. A fábrica, a aglomeração de trabalhadores num único ambiente para a produção industrial e as experiências do movimento operário fazem parte da história da maioria das antigas metrópoles que se expandiram devido à concentração territorial das atividades industriais e que foram palco das lutas por reivindicações dos operários que, quando vitoriosas, mesmo que parcialmente, se traduziram em elevação do nível de vida e das condições urbanas e de trabalho. Nesse sentido, fazem parte, também, do desenvolvimento da democracia. Como bem lembrou, Rodrick (2015) o “movimento operário, um produto da industrialização, liderou as reivindicações



para a expansão do direito de voto e, em alguns casos, a criação do Estado-providência. Foi a negociação entre as elites e o trabalho organizado que permitiu o desenvolvimento da democracia...” Rodrick (2015, p. 25)

Devido às características da hiper industrialização o cenário atual para essas negociações se alterou. De trabalho aglomerado e organizado nas fábricas se passou a trabalho disperso, de trabalho estreitamente vinculado à produção de bens materiais, às coisas, se acrescentou de forma significativa o trabalho imaterial e a produção do intangível, que é, especialmente, criativo, digitalizado, informatizado e produtor de mercadorias não corpóreas.

O trabalho se metamorfoseou e o contexto industrial que permitiu a organização política e favoreceu os movimentos sindicais e de resistência do trabalhador se esfumou. Segundo o autor acima citado: “A fraqueza do trabalho organizado nas atuais sociedades em desenvolvimento é suscetível de promover diferentes vias de desenvolvimento político, não necessariamente favoráveis à democracia liberal. Em particular, a substituição das clivagens de classe por clivagens identitárias ou étnicas como centros da política pode dar origem a democracias ‘eleitorais’ ou ‘iliberais’ Rodrick (2015, p. 25). Democracias em que o sistema de governo esconde suas práticas não democráticas por meio de instituições e procedimentos formalmente democráticos.

Está aqui uma relevante discussão, um importante tema para aprofundamento. O que vimos assistindo é a perda de força política dos trabalhadores nesse contexto hiper industrial em que não apenas se altera a situação espacial e organizacional da indústria; mas, também, em que são as pautas identitárias que ganham força. É de se perguntar até que ponto essas pautas tem o poder de revolucionar as condições de trabalho e unificar “os perdedores”. Até que ponto a clivagem pela identidade pode unir os trabalhadores segundo os novos segmentos sociais associados à hiper industrialização que se dispersam e fluem, especialmente, nos meandros das metrópoles e das grandes regiões urbanas?

REFERÊNCIAS

ACCA, R. S. A dinâmica produtiva recente da Metrópole Paulista: das perspectivas pós-industriais à consolidação do espaço industrial de serviços. Dados. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 49, n. 1, 2006, p.119-157.

AMORIM, H. Teoria do valor-trabalho e trabalho imaterial. In: GALVÃO, A.; AMORIM, E; SOUZA, J. G.; GALASTRI, L. (org.) Capitalismo e crises e resistência. São Paulo, Outras Expressões, 2012, p. 317-337.

AMORIM, M. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. Cadernos CRH. Salvador, v. 27, p. 31-45.

BELLUZZO, L. G. Tenho visto pessoas passando fome e isso não tem nenhuma razão para ocorrer a não ser a estupidez do teto de gastos e o reacionarismo das elites brasileiras. Entrevista concedida [Entrevista concedida] Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/613836-tenho-visto-pessoas-passando-fome-e-isso-nao-tem-nenhuma->



razao-para-ocorrer-a-nao-ser-a-estupidez-do-teto-de-gastos-e-o-reacionarismo-das-elites-brasileiras-entrevista-especial-com-luiz-gonzagaAcesso em 12.03 2023.

BUCCI, E. A susperindústria do imaginário. Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

CHESNAIS, F. A teoria de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, v. 11, nº. 1 (18) p. 144, 2002, p.1-44.

MING, C. É indústria ou serviços? O Estado de São Paulo, São Paulo, 23 ago. 2024.

CLARK, C. *The Conditions of Economic Progress*. London, Macmillan, 1940.

CORSANI, A.; LAZZARETO, A.; NÉGRI, A; MOULLIER-BOUT, Y. *Le bassin de travail immatériel (BTI) dans la metropole Parisienne*. Paris, Harmattan, 1996.

FISCHER, A. G. B. *The Class of Progress and Security*. London, MacMillian, 1935.

IGLESIAS, F. *A industrialização brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

PROULX, S. Desafios e Paradoxos de uma economia da contribuição. *Estudos em comunicação*, n. 15, v. Especial: Universidade da Beira Interior: Covilhã, Portugal, 2015, p.5-14.

RODRICK, D. *Premature Desindustrialization*. (Work paper.) Cambridge, Harvard University. Disponível em: https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/premature_deindustrialization_revised2.pdf. Acesso em 16 abr. 2023.

VELTZ, P. *La Société hyper-industrielle. Le nouveau capitalisme productif*. Paris, Seuil, 2017.